

Entre margens e muros: quando o rio vira nossa rua

Between margins and walls: when the river becomes our street

Entre márgenes y muros: cuando el río se convierte en nuestra calle

 **Bruna de Almada Ghiorzi**

Doutoranda no Programa de Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

E-mail: brunaghiorzi.psi@gmail.com

 **Karem Sâmia Pamplona Pires**

Doutoranda no Programa de Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Bolsista CAPES.

E-mail: karem.pamplona@gmail.com

 **Manueli Tomasi**

Doutoranda no Programa de Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

E-mail: manuelitomasi5@gmail.com

RESUMO

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi atingido por inundações sem precedentes, revelando falhas estruturais e ausência de medidas preventivas já indicadas por alertas meteorológicos e relatórios prévios. Nesse contexto, discentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, no âmbito do evento *Temas em Debate*, desenvolveram reflexões coletivas, deslocando-se do papel de testemunhas para o de pesquisadoras e trabalhadoras afetadas pelo desastre. Este ensaio teórico-reflexivo, elaborado a partir de uma fabulação coletiva protagonizada pela personagem Yara, discute as interações entre humano e não-humano nos territórios urbanos, considerando os impactos de modos de vida extrativistas. Fundamenta-se no conceito de “Cosmofobia” (Bispo dos Santos, 2023) para problematizar a desconexão entre humano e natureza, e em Donna Haraway (2023) para pensar o “devir-com” e o fazer parentesco como estratégias de sobrevivência diante da ruptura existencial provocada pela catástrofe, evidenciando a interdependência e a fragilidade da vida.

Palavras-chave: Mudança climática; Psicologia social; Gênero; Fabulação.

ABSTRACT

In May 2024, Rio Grande do Sul was hit by unprecedented floods, exposing structural failures and the absence of preventive measures previously indicated by meteorological alerts and reports. In this context, graduate students from the Social and Institutional Psychology Program at UFRGS, through the event *Temas em Debate*, developed collective reflections, shifting from witnesses to researchers and workers affected by the disaster. This theoretical-reflective essay, based on a collective fabulation featuring the character Yara, discusses interactions between human and non-human actors in urban territories, considering the impacts of extractivist ways of life. It draws on the concept of “Cosmophobia” (Bispo dos Santos, 2023) to problematize the disconnection between humans and nature, and on Donna Haraway (2023) to reflect on “becoming-with” and kinship-making as survival strategies amid the existential rupture caused by the catastrophe, highlighting life’s interdependence and fragility.

Keywords: Climate change; Social psychology; Gender; Fabulation.

RESUMEN

En mayo de 2024, Rio Grande do Sul fue afectado por inundaciones sin precedentes, que evidenciaron fallas estructurales y la ausencia de medidas preventivas previamente señaladas por alertas meteorológicas e informes. En este contexto, estudiantes de posgrado del Programa de Psicología Social e Institucional de la UFRGS, a través del evento *Temas en Debate*, desarrollaron reflexiones colectivas, desplazándose del rol de testigos al de investigadoras y trabajadoras afectadas por el desastre. Este ensayo teórico-reflexivo, elaborado a partir de una fabulación colectiva protagonizada por el personaje Yara, discute las interacciones entre lo humano y lo no humano en territorios urbanos, considerando los impactos de modos de vida extractivistas. Se fundamenta en el concepto de “Cosmofobia” (Bispo dos Santos, 2023) para problematizar la desconexión entre humanos y naturaleza, y en Donna Haraway (2023) para pensar el “devenir-con” y la creación de parentescos como estrategias de supervivencia frente a la ruptura existencial causada por la catástrofe, evidenciando la interdependencia y fragilidad de la vida.

Palabras clave: Cambio climático; Psicología social; Género; Fabulación.

Introdução

Em março de 2024, iniciamos o nosso percurso pela disciplina de “Teorias e Métodos III”, do programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que se propõe a escrever e organizar o evento chamado de “Temas em Debate”. A turma, durante a trajetória do doutorado, se encontrava para problematizar temas e questões que fariam parte de um dossiê publicado de maneira coletiva e do evento subsequente que reuniria debatedores, estudantes e professores. Havíamos nos encontrado presencialmente algumas poucas vezes e discutimos, entre outras coisas, os temas de nossas pesquisas entrelaçados aos nossos questionamentos metodológicos, às experimentações no campo e aos tensionamentos frente às práticas da psicologia, de que maneira como poderíamos habitar e compor nossos projetos de um modo menos extrativista e com atenção aos sujeitos que nos acompanham nesses caminhos.

Situamos brevemente o cenário em que nos encontrávamos quando subitamente tudo mudou: em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi assolado por inundações sem precedentes no volume e no tamanho da catástrofe. Uma catástrofe climática e também política, uma vez que desnuda o descaso e a falta de medidas de prevenção, mesmo que as autoridades tenham sido avisadas pelos institutos de meteorologia sobre a possibilidade de ocorrência do evento climático, mesmo que relatórios apontassem as falhas dos sistemas de defesa e bombeamento das águas na capital Porto Alegre, desde pelo menos 2018, mesmo que outras enchentes de menor volume já houvessem ocorrido em 2023 (Rizzotto et al., 2024). Esse acontecimento atravessou nossas vidas de maneira avassaladora.

Com as atividades da Universidade interrompidas, fomos, cada uma e cada um, tecendo memórias durante os encontros online, dentro de suas possibilidades e vivências sobre a experiência nas enchentes. Tragados para um vórtice de assistência, sobrevivência, cuidados, atendimentos, resgates, casas destruídas, necessidades de familiares, amigos, enfim tentando também construir sentidos e significados para um luto coletivo e social.

Nos encontros de nossa disciplina, compartilhamos as dores e as tantas questões que se apresentaram a partir desse acontecimento. Foi assim que consideramos a necessidade de escrevermos coletivamente a partir do lugar onde nos encontrávamos desde testemunhas do ocorrido até nosso lugar como pesquisadoras, trabalhadoras, mães, filhas, pessoas que passaram por essa experiência e que na relação com ela derivaram outras questões. Iniciamos por uma fabulação em conjunto para elaborarmos em diferentes eixos as discussões propostas.

Em nosso grupo, pensamos a relação do humano e não-humano com as cidades, os territórios que habitamos em companhia de outras criaturas, que são modificados pela ação humana e pela degradação provocada por nossos modos extrativistas de nos relacionarmos com o mundo, se modificam na interação entre espécies e nos modificam no processo de habitar e compor uma existência possível. Para tanto, construímos este ensaio teórico-reflexivo convidando uma das personagens da nossa fabulação coletiva “Yara” para representar um tanto desses aspectos e, por meio de seus assombros, estranhamentos e interrogações, dirigimos nossas discussões.

Convocamos também a companhia de Bispo dos Santos (2023) e o conceito de Cosmofobia para pensar a desconexão do humano com o não-humano, o conceito de Homo-Economicus que estabelece uma relação de consumo hiperindividualista com as cidades e, em particular aqui, com a natureza, definindo-a enquanto objeto decorativo e de apropriação. No decorrer, nos deslocamos inspiradas por Donna Haraway (2023) em suas proposições sobre devir-com e sua capacidade de recolher nas histórias contadas, pistas para fazer parentesco, habitar territórios e sobreviver coletivamente à ruptura existencial experimentada nesse acontecimento na vida de Yara e nas nossas. A ruptura com a noção de estabilidade, com as maneiras como imaginávamos viver, existir, habitar, com a noção do humano/natureza. Assim como Yara, experimentamos essa súbita revelação de nossa existência frágil, sensível e interdependente.

Yara: um encontro urbano com as águas

No centro da cidade de Porto Alegre, uma mulher vivia cercada pela iminência das águas. Seu nome era Yara, uma observadora atenta a vida urbana, que agora se via imersa em uma situação extrema. As enchentes haviam transformado a urbe em caos, rompendo com a normalidade instituída pelos cotidianos. O centro da cidade, território complexo e desigual em seus contrastes humanos e não humanos, agora era um território inundado de água suja e desespero. As casas se transformaram em ilhas precárias, e muitas famílias perderam tudo o que tinham construído. O negacionismo climático, o descaso e a hipocrisia do humano haviam contribuído para esse desastre. (A última gota, 2025, fabulação coletiva)

A narrativa de Yara ressoa com a canção “Esse Rio é Minha Rua”, na qual os compositores Paulo André Barata e Ruy Barata, profundamente conectados à cultura amazônica, evocam a importância do rio nas existências das comunidades ribeirinhas. A música nos convida para uma reconexão com esse elemento vital, tendo em conta a distância criada pelo desenvolvimento urbano, que trata o rio como um mero espaço periférico. Essa “rua líquida”, que deveria pulsar de vitalidade, é frequentemente ignorada por cidades que, como Porto Alegre, se desenvolvem de costas para suas águas.

Enquanto Yara enfrenta as consequências das enchentes, a canção nos lembra que o rio não é apenas um recurso, mas uma parte fundamental da identidade e da cultura das comunidades do norte do país. No mesmo sentido, ainda que de formas distintas, o rio também ocupa lugar importante na vida de muitas populações no sul do Brasil. Mas, em uma realidade contrastante, a inundação que Yara vive é um reflexo do abandono e da negligência, da desconexão entre a vida urbana e a natureza, como se a cidade estivesse voltada apenas para o concreto e o asfalto.

O desenvolvimento, tal como é entendido na sociedade contemporânea, herdeiro da racionalidade moderno-colonial, frequentemente resulta em uma ruptura com formas de vida mais autênticas e conectadas com a natureza. Essa desconexão pode levar a uma visão utilitarista do mundo, onde os elementos naturais são vistos apenas como recursos a serem explorados, em vez de partes integrantes de um todo mais amplo (Moore, 2022). Frente a esse contexto, cabe recorrermos à noção de cosmofobia, situada por Bispo dos Santos (Goldman & Santos, 2024) no medo do cosmos gerado pela compreensão do texto bíblico onde Adão e Eva são apartados do paraíso e condenados a viver em uma terra amaldiçoada, não mais podendo desfrutar dos saberes orgânicos, ou seja, da relação de amizade com a terra. É a cosmofobia, segundo o autor, que está na raiz de muitos problemas sociais e ambientais, como o sistema de armazenamento excessivo, a expropriação de recursos naturais e a geração de lixo (Santos, 2023).

Para Bispo dos Santos (2023), a necessidade de armazenar reflete uma falta de confiança na natureza e em sua capacidade de fornecer os recursos, resultando em uma mentalidade consumista que prioriza a acumulação em detrimento da partilha e do cuidado com as outras existências no território que habitamos. Quando as pessoas compram mais do que realmente necessitam, torna-se evidente a contradição entre as necessidades reais e o consumo excessivo. “As ruas se transformaram em um campo de batalha pela sobrevivência, onde a água potável era o recurso mais valioso e frente a isso, o egoísmo humano atingia o seu ápice”(A última gota, 2025, fabulação coletiva).

Partindo do conceito de “cidade como terreiro”, elaborado por Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2019), propomos uma ruptura com a lógica hegemônica que rege nossas cidades: eurocêntrica, excludente, marcada pelo progresso, funcionalidade e consumo desenfreado. A cidade-terreiro é uma afronta ao projeto de mundo que pratica a escassez de possibilidades e a hierarquização dos saberes. É uma recusa à visão do urbano como espaço de competição e isolamento, resgatando modos de viver que priorizam o bem comum, a coletividade e o cuidado com o meio ambiente. Diferentemente do tempo linear e fragmentado da modernidade, o terreiro opera no tempo circular, respeitando os ciclos naturais e humanos. Aplicar esse princípio às cidades é resgatar a continuidade entre passado, presente e futuro, algo que se perde em sistemas urbanos que consomem suas próprias raízes em nome da produtividade imediata. Além disso, é afirmar as culturas afro-indígenas como centrais na formação da cidade, em oposição à história colonial que as marginaliza.

Nas travessias forçadas do Atlântico, corpos negros foram arrancados de seus territórios originais, mas não de suas memórias e potências (Ferdinand, 2022). O terreiro, nesse contexto, emerge como um lugar-tempo onde saberes encantados são praticados e perpetuados. Ele não se limita a um espaço físico; é um espaço em constante invenção, onde o rito firma a existência e desafia a tentativa de apagamento. É no chão das cidades, nos cantos das esquinas, nas rodas de capoeira e de samba, nos mercados e feiras, nas festas, nas danças, nos pichos e grafites, e em toda manifestação que inscreve memórias e saberes no espaço urbano, que essa potência se manifesta, criando novas formas de habitar o mundo, mesmo sob a opressão de projetos de urbanização que marginalizam corpos e culturas (Simas & Rufino, 2018).

Nesse sentido, a cidade-terreiro não é apenas um lugar físico, mas uma cosmopolítica. Ela nos lembra que os corpos negros, como dizem Simas e Rufino (2018), foram os primeiros terreiros inventados nas travessias da diáspora. Esses corpos, carregados de memórias e saberes, transformaram-se em suportes de reinvenção do mundo, subvertendo a desterritorialização forçada com a criação de novos territórios simbólicos e práticos. No entanto, essa capacidade de reinvenção não se dá sem conflito. As cidades são territórios em disputa, onde práticas culturais, narrativas históricas e identidades entram em choque com os poderes que tentam homogeneizar e controlar o espaço (Simas & Rufino, 2019). O projeto colonial que marginaliza as populações negras é o mesmo que impermeabiliza rios, expulsa comunidades periféricas e transforma o território em mercadoria (Ferdinand, 2022). Assim, resistir é não apenas existir, mas também criar (Mignolo, 2017). Criar terreiros nos interstícios da opressão; criar formas de viver que confrontam a supremacia do consumo sobre o cuidado, da produtividade sobre o pertencimento.

Vidas no condomínio?

Ela percebeu que a humanidade, ou o que dela restava, estava morrendo não por causa de desastres ditos naturais, mas pela ganância insaciável do sistema que dominava suas vidas e domesticava seus corpos: o capitalismo. Enquanto as pessoas lutavam para sobreviver, o capitalismo continuava a prosperar, extraindo não apenas os recursos naturais, mas também o espírito dos humanos (A última gota, 2025, fabulação coletiva).

“Um jardim para chamar de seu, com segurança, lazer e acesso direto com a natureza”, um slogan que representa a nossa relação cotidiana com a natureza na cidade e nas vidas dentro das lógicas neoliberais de racionalidade, autogerenciáveis, fechados, individualizados e seguros. Na cidade de Yara, dominada pelas grandes construtoras, a natureza transforma-se em objeto de desejo e consumo, são pequenas e grandes propriedades que passam a ser povoadas por pensamentos, imagens, fantasias e aspirações de uma natureza “glamourizada”, como um objeto raro, privativo, requintado e exclusivo para as classes de alto poder econômico. Chega-se a um momento onde a economia, ou melhor, o estilo de vida capitalista pauta a superexploração da natureza na cidade e um modo de sociabilidade a partir do consumo, dos empreendimentos para si e da acirrada divisão entre as vidas privadas *versus* existências coletivas, cidades *versus* condomínios. (Fernandes & Romaguera, 2019; Henrique, 2009).

O homoeconomicus neoliberal agora não enxerga a natureza como parte de si, juntamente como os fenômenos sociais, políticos ou econômicos que atravessam a ideia de natureza. Agora romantiza-se a imagem da natureza, produzindo e privatizando-a como bem de consumo, sendo captada e apropriada pelos empreendimentos imobiliários nas grandes cidades. Com esse exemplo, podemos compreender que todos os problemas que vivenciamos hoje estão na separação e no rompimento que vamos construindo entre humano-natureza, biológico-ecológico, sofrimento humano-sofrimento animal, civilizado-primitivo, dicotomias opressoras que hierarquizam existências e experiências, contribuindo para perpetuar a lógica de dominação de uns sobre outros (Lugones, 2019; Zanotelli, 2021).

Desde outra perspectiva, se o humano é inseparável da natureza, se o corpo é inseparável do ambiente, então o colapso climático é inseparável de um colapso mental e físico. Diariamente, cientistas e povos indígenas nos afirmam: se não transformarmos radicalmente nosso atual modo de viver, nossa espécie também será extinta. Como sustentar a esperança se, coletivamente, não temos no horizonte nenhuma perspectiva de transformação radical dos modos industriais-neoliberais de viver e, individualmente, não temos disposição para mudar sequer nossos hábitos? Diante desse impasse, lateja o vazio existencial da nossa geração: se não haverá mais futuro, o que fazer do presente?

“A felicidade não tem preço, tem endereço”, o futuro e a natureza estariam à venda? É comum vermos nas grandes e médias cidades, qualquer objeto associado a uma ideia de natureza tornando-se sinônimo de qualidade de vida e valor econômico, aumentando os preços dos apartamentos, casas e edifícios. Na cidade de Yara, o rio que hoje invade e tenta retomar o seu curso, outrora era vendido como paisagem exclusiva a ser consumida pelas vidraças do shopping center que nas enchentes, serviu de ponto de resgate das populações vindas das ilhas. O que vimos foi a lama se espalhando no recente jardim fabricado artificialmente. Este processo pode ser observado em várias áreas da cidade, com especial concentração nas imediações dos parques urbanos e em bairros. No ato de negar a cidade, eliminando a paisagem urbana na imagem, o condomínio nega também a possibilidade de construção coletiva de uma natureza urbana, produzindo exclusão e muros. Mesmo que ideologicamente e inserido no meio da tranquilidade da floresta, o empreendimento evidencia e aquilata a satisfação individual dos seus moradores/consumidores em possuir um bem/mercadoria tão exclusivo – a natureza.

Paz e tranquilidade como sinônimos de uma natureza que é intolerante às diferenças, ao primitivo, ao que a floresta representa, à imperfeição e à impermanência. A ideologia neoliberal passou a modificar valores, instintos e sensações para constituir o que Santos (2008) denomina de Globalização como fábula, a condição imaginária de um mundo fabricado que se sustenta a partir de um consenso social amplo e que envolve não somente a questão da liberdade, mas também os valores do consumo, do individualismo, do produtivismo, do utilitarismo prático, da imagem, do espetáculo, da mídia.

O que construímos neste novo paradigma é a ideia de uma natureza padronizada, asséptica e esteticamente definida por modelos que não condizem com a realidade brasileira. Uma natureza globalizada, civilizada, refinada, elegante e sofisticada, e a valorização de uma cultura distante de natureza primitiva. Assim, a racionalidade instrumental capitalista e neoliberal de cidades modernas cria e insere alguns objetos como os esquilos, o urso panda e o plátano, os quais são simbólica, estrutural e funcionalmente mais avançados e mais perfeitos que a natureza, neste caso, que a natureza tropical pode criar. (Henrique, 2009; Zanotelli, 2021).

Pistas para os mundos possíveis de serem habitados

No entanto, a transformação mais profunda ocorreu dentro de Yara. Ela não era mais a mesma e sabia disso. O tempo passado em acoplamento com seu ambiente alterou sua percepção do que significava ser humano. Ela sentia todos seus poros abertos e conectados a cada gota de chuva, a cada centímetro de água, ela estava viva, e assim como o rio, seu corpo também é água, e assim como seu futuro era incerto, ela compreendia que o mesmo ocorria com o rio e com a cidade, pois o mundo ao seu redor estava em constante transformação (A última gota, 2025, fabulação coletiva).

Estamos no exercício imaginativo de criar mundos possíveis para que Yara exista em sua nova composição. Desafiando a lógica neoliberal de um mundo hiperindividualista, Yara se vê na multidão que a habita e nós

pensamos em como criar um mundo que a acolha em sua nova forma. Imaginar esse mundo requer que consigamos nos deslocar das lógicas habituais de pensamento sobre onde e como moramos, qual é a ideia de casa, de família e, sobretudo, de território. Projetando cidades-paraquedas, ao modo que Krenak (2019) nos inspira quando nos lembra de que o mundo já caiu, muitas vezes, e que agora, talvez seja a queda que mais nos consome, porque é a nossa queda. Nesse mundo imaginado, será preciso compormos uma inter-relação com as águas, em que o rio não seja violentamente refreado, que a gente consiga existir junto com ele que a gente seja o rio, que estejamos em um devir-com junto ao rio e às espécies que habitam conosco.

Para alguns de nós, a queda foi a consciência brusca de que o nosso modo de vida não é garantido, assim como o entendimento de que não fazemos parte do pacto em que acreditávamos estar inseridos, o pacto que estava implícito de antemão e explícito na política de aniquilação que move o consumo desenfreado, o que muitos outros ao longo da história já experimentaram na ruptura de seus próprios modos de vida. Esses já sabiam que estavam excluídos de tal pacto (Latour, 2020). As novas relações necessárias podem partir de práticas não tão novas assim: se nos indagarmos como comunidades inteiras se relacionavam com o seu ambiente e com as suas existências interligadas à água, ao solo e à produção de vida, elas nos fornecem pistas para a invenção de outras cidades e possibilidades de futuro. As comunidades, diferentemente das sociedades, são feitas de pessoas e não de posseiros (Goldman & Santos, 2024), e essa distinção marca uma relação de habitar na composição de um mundo, e não na expectativa de dominação.

Havemos de aprender, por exemplo, com as marisqueiras de Aracaju, que no seu corpo-mangue insistem na insubordinação e na resistência à destruição do seu lugar no mundo, criando através da política, do devir-com e dos laços de solidariedade, uma forma desafiadora de ser mulher-água-lama-marisco. Lá, o “progresso” que chega com a promessa do desenvolvimento e da modernização, propositalmente vem deteriorando o mangue, em um cultivo de larga escala dos mariscos que tenta sufocar os modos de vida ancestrais, a pesca e o extrativismo comunitário. Polui o solo e as águas, mata as espécies. Ainda assim, elas se organizam coletivamente na defesa de suas existências (Vasconcelos et al., 2020). Para elas, o mangue não é uma natureza apartada, é sangue, corpo, entranhas. A água que as alimenta também as adoce, é memória viva de suas mães, morada e razão para reunirem-se em torno da manutenção da vida como movimento político. Responsabilidade multiespécie, aquilo que Haraway define como capacidade de responder e reagir de maneira consequente aos acontecimentos (Haraway, 2023). Que Yara também se acople aos agenciamentos das marisqueiras nesse novo mundo a ser habitado.

Figura 1 - Fotografia Mãe Água, maré, lama



Fonte: Adaptado de Vasconcelos, M. D. F. F., da Rocha, Y. A. M., de Oliveira, S. R. S., da Cunha, V. G., Pérez, M. S., das Flores, E. C., & dos Santos Vieira, T. P. (2020). Mulheres e mariscagem: invenções de si no (in) mundo mangue. *Psicologia em Revista*, 26(1), 325-245.

Para Bispo dos Santos (2023), um dos modos de defesa contra a lógica de opressão e subordinação sustentada pelo paradigma desenvolvimentista pode ser a guerra das denominações ou o ato de contrariar as palavras coloniais, como modo de enfraquecê-las. Por isso, exercitar a imaginação de um mundo possível para conviver e existir, rastreando pistas que já estão por aí, é talvez também um modo de defesa. Para não deixar morrer Yara. Contrariar a natureza asséptica artificialmente produzida e a lógica de exclusividade dos condomínios. Mas quem pode fazer isso?

Durante as enchentes na cidade de Yara, um lugar marcado pela invisibilidade ganha destaque pelo tamanho do descaso. No bairro Sarandi se situa um dique de contenção, que há muito se sabe que está danificado. Nesta região — a mais populosa da zona norte da cidade — já houve outras inundações, porém agora, o volume da água e o tamanho da catástrofe marcaram um desastre muito maior. Em meio às inundações do centro e a necessidade de restabelecer a classe média e seus modos de vida, esta região (entre outras) ficou para trás. Acontece que ali se encontra o “Quilombo dos Machado” que abriga cerca de 265 famílias, gravemente atingidas pelo racismo, pelas desigualdades, pelo abandono programado por um projeto de cidade que desconsidera essas populações e, agora, pelas águas. O território, que ainda não possui certificação de reconhecimento, constituiu em sua sede um ponto de auxílio e auto-organização na distribuição de marmitas, cestas básicas, produtos de limpeza e atendimento social e em saúde durante e após o período da enchente.

Marcadamente, este é um território em disputa. Há alguns anos enfrentam a especulação imobiliária e a tentativa de desapropriação por parte da gestão municipal para ampliação da pista do aeroporto (Oliveira, 2024). Existe o entendimento do atual prefeito de que essas famílias não deveriam morar onde moram, conforme seu discurso, ao justificar os problemas causados pelas enchentes nos bairros periféricos. No entanto, são apontadas mudanças nas tramitações de licenciamentos ambientais da região em favorecimento de estabelecimentos comerciais de grande porte. Ou seja, as famílias que se relacionam com este território por suas raízes de ancestralidade, seus vínculos e comunidade não deveriam estar ali, segundo o prefeito, porém, as grandes corporações e a expansão da infraestrutura de transporte aéreo podem ocupar e desterritorializar, mesmo que com prejuízo ambiental. A comunidade do Quilombo dos Machado, bem como as marisqueiras de Aracaju em suas lutas expressam bem a disputa entre o desenvolvimento *versus* o envolvimento. Resistem porque confluem, e na confluência exercitam o compartilhamento, o respeito e o reconhecimento (Santos, 2023).

O corpo de Yara se deslocava como quem reconhece um território que já não lhe pertence, pois havia uma ruptura existencial com a noção de estabilidade, do que é viver, existir, do que é ser humano. Uma ruptura com o futuro.

Veio o reconhecimento de que somos meros existires frágeis, sensíveis, interdependentes. Era fim de tarde, os moradores da Cidade Baixa, seu bairro, estavam em completa escuridão, pois a companhia de energia elétrica havia suspenso o fornecimento após o aviso de evacuação do bairro ser emitido pelo prefeito. Na rádio local, a sugestão era de que as pessoas se encaminhassem para o litoral; de que maneira isso aconteceria, não cabia no discurso de quem governava a cidade. Algo insólito e que poderia ficar marcado na história urbana, mas em seguida a cidade reelegera o mesmo prefeito que a negligenciou, que teve responsabilidade na inundação.

Yara estava a caminho de encontrar a amiga, o caos instaurado no bairro. Após atravessar um tumulto, viu Flora, que, às pressas, juntava alguns de seus pertences no carro e com ela saiu para algum lugar que nenhuma das duas sabia ao certo onde era. Era possível ver muitas pessoas carregando sacos de areia para proteger seus estabelecimentos da água que chegaria em breve. Geladeiras e outros móveis eram transportados de qualquer maneira para outro ponto da cidade ou para outras cidades, onde a água dos rios não chegasse. Além de várias caixas de transportes de animais, onde se enxergavam os olhos brilhantes dos gatos e os lamentos dos cachorros, eles também perdidos e aflitos, diante de toda massa de gente que estava debandando do bairro.

Aquele movimento a lembrou das histórias das enchentes na cidade de Marabá no Pará. A população da cidade conhecida como Marabá Velha conseguiu encontrar um padrão para grandes enchentes, que ocorrem a cada 10 anos. Observam, por exemplo, quando a ave conhecida como aruá começa a fazer seus ninhos em pontos mais altos e iniciam, então, o processo de mudança para a cidade de Nova Marabá. Por ser uma subida gradual do rio, antes, muitos habitantes amarravam seus móveis no teto das casas, na atualidade já conseguem sair com os pertences e montar um barraco na outra cidade até que as águas baixem. Mesmo com a implementação da

nova cidade, não foi possível desativar completamente a antiga, pois segundo o articulista Raymundo Rosa, a população e o rio vivem um relacionamento amoroso que, por vezes, tem seus conflitos, mas virá a resolução e aprofundará esse laço afetivo (Almeida, 2011).

Findo o frenesi das águas, a cidade se sacode, alisa suas ruas, pinta o seu casario e a alegria volta, num passe de mágica, como se a enchente fosse uma brincadeira de namorados. Pouco tempo depois não se fala em enchente, o rio descobre suas alvas praias e o namoro continua, no revezamento dos papéis, entre o rio e a gente. Por isso sempre existiu uma profunda afeição do marabaense com as águas (Jornal Notícias de Marabá, 1978 citado em Almeida, 2011).

Yara começou a pensar sobre a vida pós-enchente, quando a cidade começar a escorrer toda aquela água, como ficaria aquela população arrancada de suas casas? Qual é a expectativa dos que permaneceram dentro de casa agarrados aos seus pertences, memórias, territórios existenciais? Como lidar com a negligência escancarada que tende a repetir tal acontecimento? Porto Alegre ou alguns bairros teriam que mudar também para outro lugar? Quais os modos de vida possíveis diante do medo de as águas invadirem novamente a cidade? Como manter a sensibilidade diante do ocorrido se o imperativo é de que a economia precisa voltar a girar?

No caminho que fizeram, muitas questões permaneceram em sua mente, até que avistaram uma família desalojada próximo ao bairro Menino Deus, os poucos pertences empilhados na calçada como uma barricada frágil contra o vazio. Havia duas crianças pretas, com olhos marejados, segurando firme suas mochilas de personagens infantis. Yara se envolveu no resgate de forma instintiva, como se seu corpo soubesse antes da mente o que era necessário. As crianças entraram no carro da amiga. Do banco de trás, os olhos delas devoravam a cidade pelas janelas, mas não com a curiosidade febril de crianças protegidas por vidros blindados e futuros garantidos. Era um olhar de estrangeiro, de quem enxerga a cidade como algo que nunca foi feito para si. Qual cidade restará para essas crianças?

O silêncio dentro do carro era pesado, como se tivessem que transportar um mundo inteiro ali. Agora, já tinham um endereço onde poderiam deixar aquela família e seguiam as orientações pelo aplicativo de mobilidade. A mãe e seu irmão, tio das crianças, ofereciam água e algumas bolachas para elas, gentilezas que as ajudavam a estar mais tranquilas. Após o lanche, elas comentaram sobre a escola que frequentavam, sobre os jogos e vídeos que iriam assistir quando chegassem na casa da amiga da mãe. Comentaram também sobre a vitrine de uma loja que viram pela janela, sobre a manequim ter uma aparência assustadora e fizeram todos rirem no caminho: “Parece a Annabelle da Shopee”.

A infância, com sua força única, transbordava ali. Como diz Renato Nogueira (2019, p.133): “A Infância é mais poderosa do que a morte”. A infância, mesmo em meio ao desalojamento e à precariedade, encontrava formas de se afirmar, de criar brechas para o riso, para a imaginação e para o desejo. A vitalidade das crianças reorganizava o espaço, como se fosse um lembrete de que, mesmo em meio ao caos, havia futuro, energia e um presente pulsante. Yara lembrou da própria infância, um tempo em que o mundo era mais vasto porque

se limitava à terra sob os pés. Não era uma infância cercada por grades de condomínio ou pelo brilho frio de telas. Era uma infância feita de lama entre os dedos, de rios feitos numa bacia que engoliam os barcos improvisados com folhas de papel, de pés que conheciam os sulcos do chão mais do que a quentura do asfalto.

Yara observava as crianças, fascinada. Lembrar da infância era algo que a conectava com tudo ao redor, um estado de ser que, como escreve Nogueira e Alves (2019, p. 6), é uma “condição existencial, uma forma de experiência, um modo de relação e aquilo que nos aproxima de outras espécies vivas, que torna possível aumentar o repertório de possibilidades de viver”. Yara sentiu o peso dessa ideia. O que ela via ali, naquelas crianças, não era apenas resistência – era potência. Elas não estavam apenas sobrevivendo, mas existindo com uma qualidade quase revolucionária, ampliando o horizonte do possível mesmo no vazio imposto pelas circunstâncias. Quando chegaram ao destino, Yara ajudou a mãe a descer as sacolas do carro enquanto as crianças corriam para explorar o espaço novo. Naquele instante, Yara sentiu um fio invisível ligando o passado àquele momento, sua infância à delas, o presente ao futuro. Talvez fosse esse o verdadeiro poder da infância: lembrar a todos, adultos e crianças,

que o viver não se limita ao que se tem, mas ao que se cria – mesmo em meio ao caos.

Yara e a amiga seguiram para a zona sul da cidade, em direção à Restinga, uma das áreas onde o rio não havia se somado às ruas. A água, que havia levado quase tudo, parecia ter deixado um rastro de solidão mais profundo do que a própria ausência de coisas. Talvez porque, nessas horas, até o espaço compartilhado se tornava vulnerável. Chegaram à casa da família da amiga tarde da noite. Havia uma sensação de acolhimento improvisado: colchões estendidos no chão, pratos que se multiplicavam para que ninguém ficasse sem comer, gestos rápidos que preenchiam vazios silenciosos. Ali, entre desconhecidos, Yara sentiu que o calor humano tinha algo de reparador, mesmo que tímido.

Passados alguns daqueles angustiantes dias, pela primeira vez, Yara foi convidada a conhecer um terreiro de umbanda. Flora explicou que a família frequentava o espaço há anos, e aquela noite seria dedicada aos erês – as entidades infantis, que carregam a pureza e a ludicidade do mundo. Yara já ouvira falar sobre os erês, mas nunca imaginou participar dessa experiência com a espiritualidade. “Você vai gostar”, disse a amiga, “Eles lembram a gente de uma coisa que a gente esquece quando cresce”.

O terreiro tinha uma energia que Yara não conseguia colocar em palavras. O som dos atabaques preenchia o ar, como um coração pulsando forte, enquanto as pessoas dançavam e cantavam. Havia algo familiar naquilo, como se uma parte dela, esquecida, reconhecesse o momento. Quando os erês começaram a se manifestar, foi como assistir à infância

transformada em força. Suas risadas, brincadeiras e gestos traziam um tipo de alegria que não era ingênua, mas revolucionária – a capacidade de transformar o ordinário em extraordinário.

Yara observava com atenção, e algo começou a se mexer dentro dela, como uma memória distante que ganhava forma. Ela sentiu um nó na garganta, mas não era tristeza; era um tipo de gratidão por perceber que, mesmo em meio ao cenário de guerra que a cidade estava naquele momento, havia espaço para o brincar. E Yara, pela primeira vez em muito tempo, sentiu que aquela solidão que carregava começava a se dissolver, como se algo maior – uma força coletiva, ancestral e viva – estivesse lhe mostrando que não importa o quanto o rio inunde, a potência de recriar sempre encontra um jeito de brotar.

E ali estava o corpo de Yara, simultaneamente humano e mais do que humano, entrelaçado com a terra, o terreiro, o concreto, os circuitos que permitiam aquelas redes de ajuda e o olhar das crianças. Talvez, pensou ela, a figuração que Haraway sugeria não estivesse apenas nos corpos, mas nas relações, na forma como as vidas se conectam e se sustentam em um mundo que insiste em fragmentá-las.

No pós-enchente, Yara pegou carona de volta para o centro da cidade com a amiga. O céu, agora limpo, contrastava com o cenário desolador das ruas. Passaram pelo bairro Menino Deus, onde o rastro da enchente ainda marcava calçadas, fachadas, árvores e vegetações com coloração marrom. Tudo parecia estar abalado e inclinado sob o peso do ocorrido. Os entulhos se acumulavam nas esquinas e canteiros, ao lado de móveis abandonados, como fragmentos de vidas que a água arrancou. Enquanto cruzavam uma rua próxima de onde a água havia entrado, Yara conseguiu ver um *outdoor*, alto e brilhante, que não condizia com a paisagem devastada. Era o anúncio de mais um empreendimento imobiliário: um condomínio de luxo que prometia “segurança, conforto, natureza e qualidade de vida” – uma cidade dentro da cidade. A imagem impecável de um gramado artificial, cercado por muros altos, parecia quase uma provocação diante do que havia acontecido.

Considerações Finais

Yara naquela noite teve um sonho: ela estava ao redor de árvores e montanhas em silêncio. Ela sentia que precisava pisar sobre aquele solo de forma mansa, porque sentia que qualquer movimento poderia fazer sumir aquela estranha sensação de escutar cantos, sons dos pássaros, dos bichos e da sua respiração. A sensação de escutar aqueles “barulhos” era estranha porque já não estava familiarizada com ruídos que não fossem de carros, buzinas, e da grande cidade movimentada, pavimentada e cheia de concretos. A sensação tão mágica daquele momento fez parecer que o sonho era realidade. Ao estar em silêncio junto com as flores, vegetais, bichos, se deu conta que todos os seres nasciam, cresciam e morriam assumindo o mistério da vida. De repente, Yara começa

a brincar com as borboletas. Ela já podia ir se movimentando no ritmo daquele espaço. Mas, Yara aprendeu que somente pessoas que aprendiam a brincar de muitos modos poderiam celebrar a multiplicidade de espécies existentes no planeta. E que não existia paraíso, tampouco inferno. Yara se depara com o quanto os humanos são falhos e frágeis e que, mesmo não tendo nenhum mérito, são presenteados com a beleza das árvores, com o molhado das águas, com o canto dos pássaros e com os barulhos dos bichos, que vez ou outra, resistem e insistem em cantarolar e fazer morada.

Acompanhando Yara nesse percurso complexo de vivências e afetações, em meio a dor de ver o concreto, o cimento rachando, abrindo brechas para desaguar, compreendemos a revolução do que profere Antonio Bispo dos Santos (2023) quando diz que:

A sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos. Nós somos os diversosais, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. Não somos humanistas, os humanistas são as pessoas que transformam a natureza em dinheiro, em carro do ano. Todos somos cosmos, menos os humanos (Santos, 2023, p. 23).

As rachaduras se expandem para cindir com a ideia que perdurou até então de que somos “a humanidade”, alienados do organismo maior de que fazemos parte: a Terra. Passamos a *enxergar as árvores, o céu, as águas, o ar, os animais* como algo separado de nós, como se fossem entidades distintas: não humanos e a humanidade. No entanto, não é possível conceber nada que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza.

Tudo o que existe e o que podemos imaginar faz parte dela. Agora, enquanto nós, como humanidade, só nos mobilizarmos para comprar a ideia de viver em ambientes artificiais criados por grandes corporações, os detentores do poder econômico, vamos continuar negando que o Céu está bem pertinho: ele nos molha, ele chove em nós. Nós também somos as chuvas, os ventos e a terra. Por isso, só haverá um futuro possível se superarmos esse antropocentrismo que restringe as possibilidades de (con)vivência na teia da vida. O amanhã precisa ser plural, ou simplesmente não existirá. E o amanhã começa hoje.

Referências

- Almeida, J. J. (2011). Os riscos naturais e a história: o caso das enchentes em Marabá (PA). *Tempos históricos*, 15(2), 205-238. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6798412>
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo, Brasil: Ubu Editora.
- Fernandes, K. M., Bragato, F. F., & Romaguera, D. C. L. (2019). Cidade moderna/colonial e desenvolvimentismo: uma crítica do cenário urbano brasileiro a partir do pensamento descolonial. *Revista de Direito da Cidade*, 11(3), 539-562. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2019.39827>
- Haraway, D. (2023). *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo, Brasil: n-1 edições.
- Henrique, W. (2009). Um bosque para chamar de meu. A apropriação das ideias de natureza pelos empreendimentos imobiliários. In W. Henrique, *O Direito à Natureza na Cidade* (pp. 139-164). Salvador, Brasil: EDUFBA.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Brasil: Editora Companhia das Letras.
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar?: como se orientar politicamente no antropoceno*. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA.
- Lugones, M. (2019). Rumo a um feminismo decolonial. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Brasil: Bazar do Tempo.
- Mignolo, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), 12-32. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>.
- Moore, J. W. (2022). O surgimento da Natureza Barata. In J. Moore (Org.), *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo* (pp. 128-186). São Paulo, Brasil: Elefante.

- Nogueira, R. (2019). O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento-Diálogos em Educação*, 28(1), 127-142.
- Nogueira, R., & Alves, L. P. (2020). Exu, a infância e o tempo: Zonas de Emergência de Infância (ZEI). *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 17(48), 533-554. <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/7149>
- Oliveira, J. V. (2024). *Porto Alegre mantém projeto de desapropriar Quilombo dos Machado*. Alma Preta Jornalismo. <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/porto-alegre-mantem-projeto-desapropriar-quilombo-dos-machado/>
- Santos, A. B. dos, & Goldman, M. (2024). Cosmopolítica e cosmofofia: diálogos entre Antonio Bispo dos Santos e Marcio Goldman. *Revista Calundu*, 8(1), 90-104. DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v8i1.55156>
- Santos, A. B. dos (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo, Brasil: Ubu Editora/PISEAGRAMA.
- Simas, L. A., & Rufino, L. (2018). *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro, Brasil: Mórula editorial.
- Simas, L. A., & Rufino, L. (2019). *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro, Brasil: Mórula Editorial.
- Rizzotto, M. L. F., Costa, A. M., & Lobato, L. V. C. (2024). Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. *Saúde em debate*, 48, e141ED. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024141EDP>
- Vasconcelos, M. de F. F., Rocha, Y. A. M., Oliveira, S. R. S., Cunha, V. G., Solá Pérez, M., Flores, E. C., Romero, L. M. K., Santos, S. F., & Vieira, T. P. dos S. (2020). Mulheres e mariscagem: invenções de si no (in) mundo manguê. *Psicologia em Revista*, 26(1), 317-335. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p317-335>.
- Zanotelli, C. L. (2021). A cidade neoliberal no Brasil de uma perspectiva foucaultiana. *GEOUSP*, 25(3), e172194. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.172194>

Contribuição dos Autores

Conceitualização: B. de A. G.; K. S. P. P; M. T.
Redação do manuscrito: B. de A. G.; K. S. P. P; M. T.
Análise dos dados: B. de A. G.; K. S. P. P; M. T.
Revisão e edição: B. de A. G.; K. S. P. P; M. T.

Submetido em: 18/08/2025

Aceito em: 14/12/2025

Como citar:

Ghiorzi, B. A., Pires, K. S. P. & Tomasi, M. Entre margens e muros: quando o rio vira nossa rua. *Rev. Polis e Psique*. 2026, 16: e026008.

Financiamento:

Não houve financiamento.